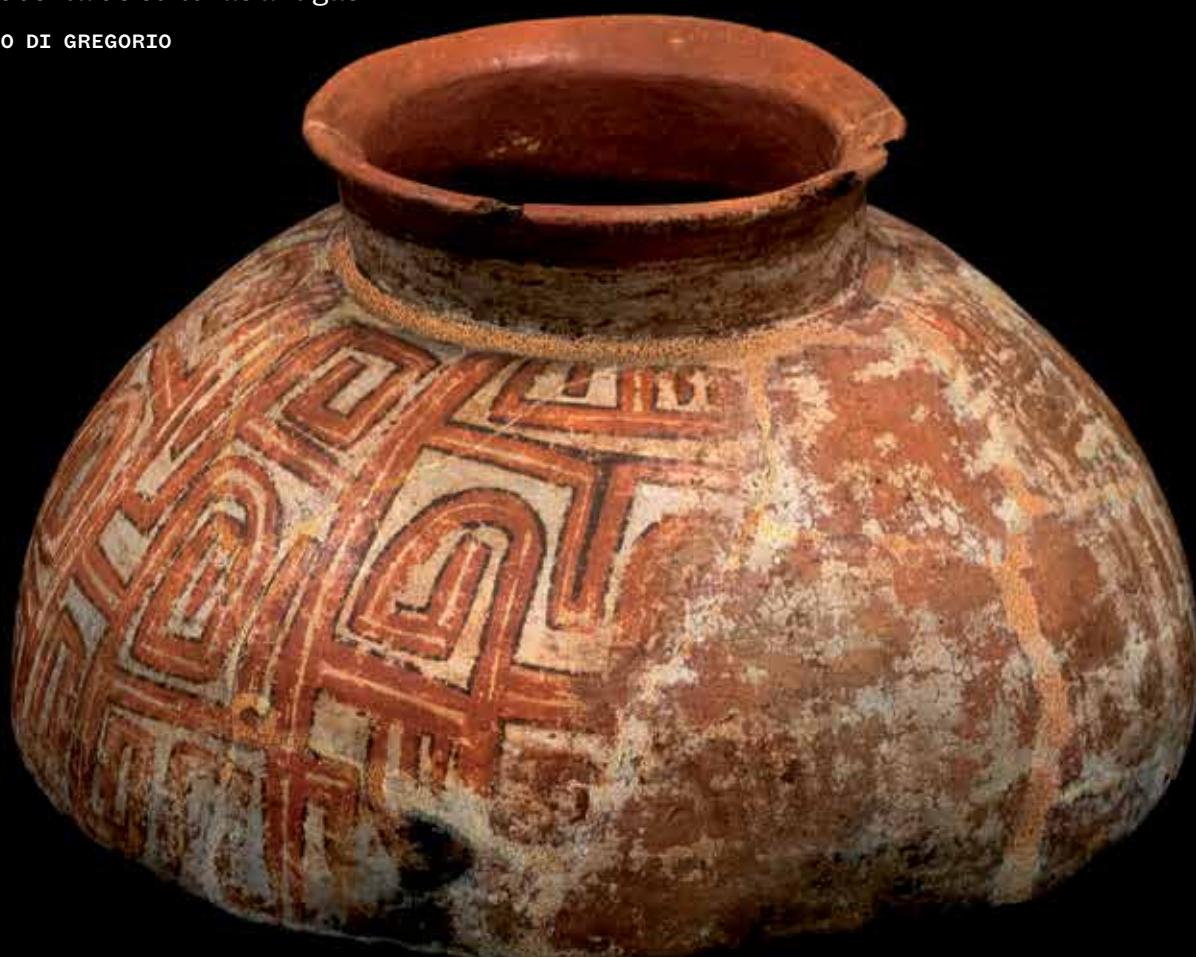


memória

Novos métodos para desenterrar o passado

Há 60 anos, programa brasileiro
aprimorou a formação
de arqueólogos e ampliou a
descoberta de culturas antigas

ENRICO DI GREGORIO





Escavações no sítio arqueológico José Fernandes, em Itaberá (SP), em 1968, onde foram encontrados artefatos como a vasilha cerâmica da página à esquerda, preservada no MAE-USP

2

Lm 1964, em uma expedição preparatória do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o arqueólogo Valentín Calderón (1921-1980) voltava de Curitiba para Salvador com uma Rural Willys recém-comprada e decidiu descansar no Rio de Janeiro. O carro foi roubado, mas recuperado no mesmo dia pela polícia, que procurava por outro, da mesma marca, do então prefeito Carlos Lacerda (1914-1977). Para a arqueóloga norte-americana Betty Meggers (1921-2012), o episódio foi um sinal de boa sorte para o recém-iniciado programa. Durante cinco anos, o Pronapa promoveu trabalhos de campo por todo o litoral brasileiro e parte da Amazônia e mudou os métodos de trabalho da arqueologia brasileira.

Antes do Pronapa, os arqueólogos no Brasil tentavam explorar o máximo possível um sítio de cada vez e não tinham métodos padronizados para classificar os artefatos encontrados, o que prejudicava a comparação das peças achadas em locais diferentes. O programa propôs métodos similares de escavação, com pequenas espátulas, pincéis, peneiras e planilhas para classificação de sítios e artefatos, como já era feito em outros países. Em vez de aprofundar o conhecimento de poucos locais específicos,

priorizou o mapeamento de vários sítios do Brasil e a criação de uma metodologia de classificação e comparação dos artefatos. Nas pesquisas, os arqueólogos aprofundaram o conhecimento sobre as populações de até 5 mil anos atrás que construíram imensos montes de conchas no litoral brasileiro – os sambaquis –, estudaram sítios arqueológicos do interior do Brasil e da Amazônia e deram nomes aos métodos usados pelos povos originários para fazer vasilhames cerâmicos.

Em 1962, o arqueólogo José Loureiro Fernandes (1903-1977), do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (Cepa-UFPR), organizou um curso para uma das primeiras gerações de arqueólogos profissionais no Brasil. Ministrado pela francesa Annette Laming-Emperaire (1917-1977) e por Margarida Andreatta (1922-2015), do Cepa, era um curso prático de escavação em um sambaqui em Paranaguá, no litoral paranaense. O Pronapa resultou de outro curso organizado por Fernandes, em março de 1964, ministrado por Meggers e seu marido, Clifford Evans (1920-1980), do qual participaram arqueólogos de todo o país.

“Os cursos foram importantes porque nossa formação ainda era muito empírica”, conta o arqueólogo Ondemar Dias, do Instituto de Arqueologia Brasileira

(IAB), no Rio de Janeiro, que participou do Pronapa. Até a primeira pós-graduação nessa área, iniciada em 1972 no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), e o primeiro curso de graduação nessa área, criado em 1975 pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, os arqueólogos eram historiadores, antropólogos e geógrafos.

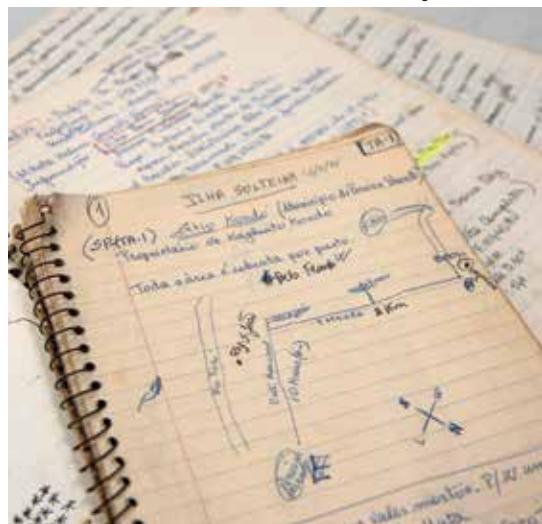
“Não tínhamos nomenclaturas padronizadas para classificar as cerâmicas, os artefatos de pedra e outros objetos, e os arqueólogos não entendiam o trabalho uns dos outros”, detalha a geógrafa e arqueóloga Silvia Maranca, professora aposentada do MAE-USP. “As pesquisas eram focadas nos grandes concheiros do litoral chamados de sambaquis. Quase não havia escavações em sítios cerâmicos do interior. O Pronapa mudou isso.”

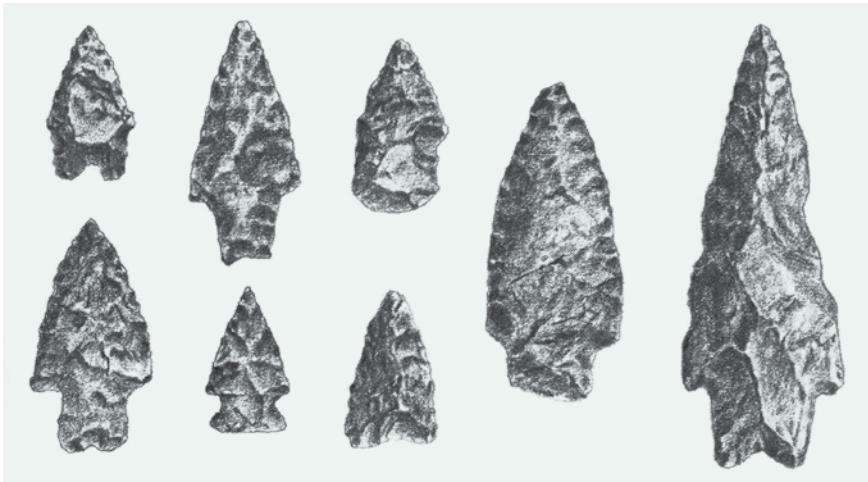
O geógrafo especializado em arqueologia Igor Chmyz, então na UFPR e hoje aposentado, ajudou a ministrar o curso de 1964. Chmyz, que havia tido aulas e participado de expedições com arqueólogos estrangeiros, apresentou métodos de classificação e análise da cerâmica a partir de uma terminologia que, dois anos depois, seria publicada como o primeiro manual para estudo da cerâmica brasileira na revista *Manuais de Arqueologia*.

Meggers apresentou o chamado método de análise e seriação Ford, criado pelo arqueólogo norte-americano James Ford (1911-1968) nos anos 1940 e 1950. A seriação estuda as similaridades e diferenças entre objetos para estabelecer uma sequência e uma datação relativa. “O método foi importante para o Pronapa

Cadernos de campo da arqueóloga Silvia Maranca, participante do Pronapa

3





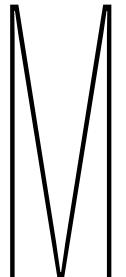
Pontas de projéteis de povos indígenas que habitaram o Sul do Brasil por volta de 12 mil anos; escultura feita entre os anos mil e 500 por povos antigos das terras baixas da Amazônia

porque é usado para interpretar qualquer classe de objeto”, conta Dias.

Depois dos cursos, de 30 de outubro a 22 de novembro, Meggers e seu marido, Clifford Evans (1920-1980), com apoio da Comissão Fulbright, dos Estados Unidos, e do Conselho de Pesquisa da UFPR, visitaram arqueólogos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Brasília para conhecer melhor a arqueologia feita no Brasil e elaborar a proposta do Pronapa. Ao final da viagem, montaram um cronograma que deveria durar três anos, pelo qual cada pesquisador deveria identificar três vales de rios (logo depois o número passou para cinco) que “talvez tenham servido como rotas de migração e comunicação”, descreveu Meggers em um artigo publicado na revista *Arqueologia* em 2007, o mesmo em que contou a recuperação da Rural Willys.

Até 1968, os participantes do programa visitaram 22 regiões em nove estados e registraram mais de mil sítios arqueológicos. Das pesquisas emergiram mais detalhes sobre as populações dos sambaquis em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, que viviam no Brasil há mais de mil anos e usavam facas e lascas de pedras para cortar ou raspar animais abatidos e produziam outros instrumentos, a partir de pedras arredondadas, chamados de *choppers*. Eles também faziam pontas de flecha de pedra, concha e osso, machados polidos e pingentes com pedras polidas e vértebras de peixes.

Os arqueólogos do Pronapa estudaram cerâmicas de todo o país e, com base nos métodos de seriação, definiram o que chamaram de Tradição Tupiguarani e outras tradições regionais, concentradas no Sul e Sudeste do país; tradições são os modos das populações antigas de determinados locais produzirem e decorarem os vasos cerâmicos. Os vasos e potes eram diferentes uns dos outros tanto pela composição da argila quanto pela decoração, que podia ser feita com ou sem tinta e com marcas de escovas, dedos ou incisões feitas com unhas ou objetos cortantes.

 aranca participou dessas descobertas em São Paulo. “Fizemos escavações em fazendas e em terrenos onde o governo ia abrir linhas de geração de energia”, conta. “Nas construções das usinas não podíamos escavar sistematicamente, porque acompanhávamos o ritmo das obras. Mas fizemos escavações profundas para encontrar cerâmicas e artefatos de pedra em Fernandes e nas margens dos rios Paraná e Tietê.”

Os arqueólogos concluíram que os indígenas da Amazônia que produziram as cerâmicas decoradas com tintas vermelha e branca ou com marcas para formar relevo da Tradição Tupiguarani viveram em “regiões de florestas apropriadas ao cultivo sazonal”, e os produtores das cerâmicas de tradições regionais habitavam “outros tipos de meio ambiente, o que fa-



voreceu sua sobrevivência”, conforme o relatório de 1970.

Barreiras, principalmente os rios, limitavam o contato entre os indígenas do litoral com os do interior da Amazônia antes da colonização europeia. “Os estudos dos anos 1960 e 1970, mesmo que tenham passado por revisões conceituais, foram as primeiras investigações em escala nacional sobre a vida dos povos originários antes da chegada dos europeus”, diz o arqueólogo João Carlos Moreno, da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), que não participou do programa.

O Pronapa terminou oficialmente em 1973 com um debate no Instituto Smithsonian, em Washington, Estados Unidos. Um dos participantes, o arqueólogo Má-

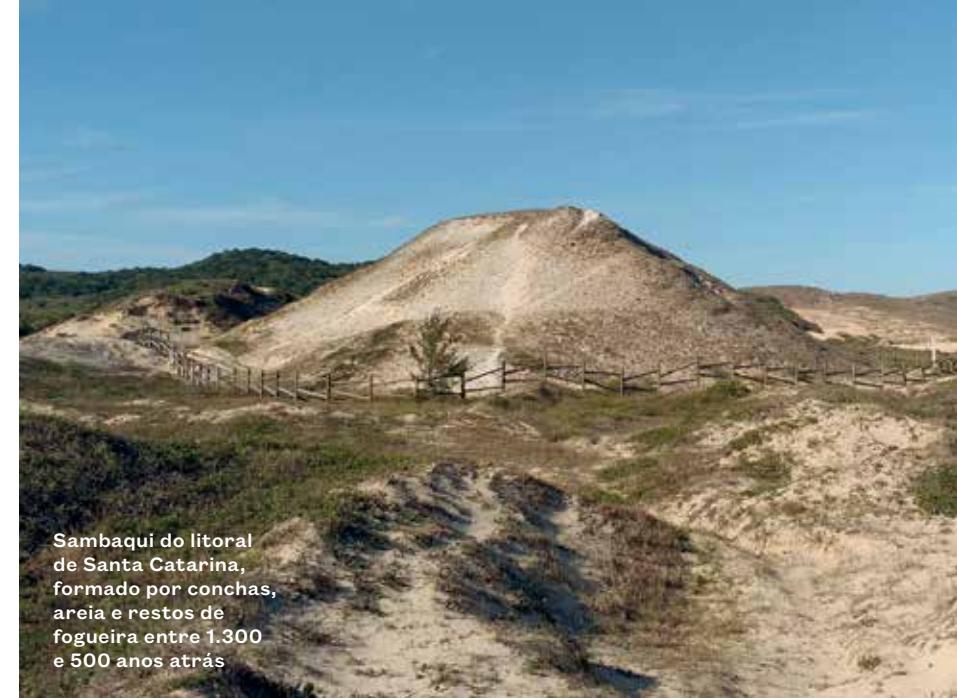
Os idealizadores do Pronapa: Meggers e Evans, em 1964; ao lado, os organizadores de um curso em 1956: Joseph Emperaire (à esq.), Annette Laming-Emperaire e José Fernandes



rio Simões (1914-1985), então no Museu Goeldi, comentou que o programa havia se concentrado em sítios fora da Amazônia e que era necessário trabalhar mais na floresta. Ele propôs a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (Pronapaba), que começou efetivamente em 1976. Dias coordenou a pesquisa na bacia do rio Purus, no Acre, onde descobriu as estruturas conhecidas como geoglifos do Acre (ver Pesquisa FAPESP nº 346).

Por anos, os arqueólogos estudaram o solo escuro formado pelas matérias orgânicas deixadas pelas populações originárias da Amazônia, conhecido como terra preta (ver reportagem “Menos dúvidas sobre a origem da terra preta amazônica”, no site de Pesquisa FAPESP), e classificaram cacos cerâmicos em fases, como a Tucuruí, Tauá, Marabá e Itupiranga. Por fim, buscaram, novamente, identificar os movimentos das populações indígenas ancestrais.

O Pronapaba localizou e cadastrou 334 sítios na Amazônia, principalmente no estado do Amazonas, que concentra 119 deles. Hoje, há 467 sítios no estado cadastrados na base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Nesse mapeamento, os arqueólogos concluíram que os povos antigos que viviam nas áreas de várzea, sujeitas a inundações periódicas, fabricavam cerâmicas elaboradas, como a marajoara, e os que moravam na chamada terra firme tinham uma técnica mais simples. Outra



Sambaqui do litoral de Santa Catarina, formado por conchas, areia e restos de fogueira entre 1.300 e 500 anos atrás

3

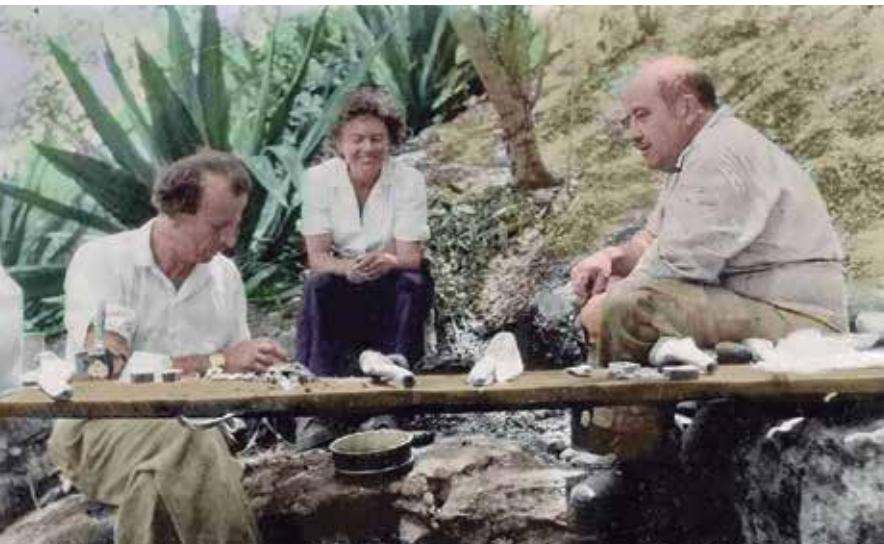
conclusão foi que as diferenças nos ingredientes da argila de cerâmicas aparentemente iguais poderiam marcar fases dentro de uma mesma tradição. Isso ajudou os arqueólogos a diferenciar quando um sítio foi ocupado por uma grande população durante um longo período de tempo e quando a ocupação da região ocorreu várias vezes de maneira intercalada.

Como os arqueólogos do Pronapa se concentraram no estudo das cerâmicas, a pesquisa de outros artefatos, como os instrumentos de pedra, foi escassa. “Após o Pronapa, no final da década de 1970, Meggers e Evans criaram a tradição Umbu, usada para classificar todas as pontas de flecha encontradas em abrigos ou sítios a céu aberto. É a mesma coisa que dizer

que todo povo originário que fazia um vasilhame cerâmico era Guarani”, critica Moreno. Em pesquisas recentes, ele concluiu que a diversidade cultural dos primeiros povos originários do Sul e Sudeste do Brasil, onde a tradição Umbu supostamente predominava, era muito maior.

As revisões foram mais profundas na Amazônia. Na década de 1990, a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt contestou a conclusão do Pronapa e do Pronapaba de que na Amazônia os sítios em terra firme eram pequenos, recentes e de populações pequenas. Ela encontrou sítios de até 11 mil anos atrás e datou a cerâmica mais antiga nas Américas no sítio arqueológico de Taperinha, com 8 mil anos (ver Pesquisa FAPESP nº 387).

Na mesma década, o arqueólogo norte-americano Michael Heckenberger encontrou sítios grandes com valas subterrâneas que podiam ser estruturas defensivas e registros de grandes aldeias interconectadas por caminhos feitos pelos indígenas do passado. Já a arqueóloga brasileira Denise Schaan encontrou imensos desenhos geométricos cavados pelos indígenas do passado na terra amazônica. Alguns dos sítios chegaram a ser descritos como centros urbanos ancestrais. Até hoje, os arqueólogos estudam e descobrem novas estruturas complexas dos povos antigos que habitaram o território que seria o Brasil (ver Pesquisa FAPESP nº 333). ●



4

Os artigos e os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.